



Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

RREO em Foco

MINISTRO DA ECONOMIA
Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA FAZENDA
Waldery Rodrigues Júnior

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Mansueto Facundo de Almeida Júnior

SECRETÁRIO-ADJUNTO
Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO
Luciano Moura Castro do Nascimento

GERENTE
Henrique Guilherme do Amaral Santos

EQUIPE TÉCNICA
Rubem Mateus de Arruda Ziegler
Sandro Alex Bezerra Vieira

Janeiro de 2020

Sumário

Anexo 3

Port. STN 641/2019

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

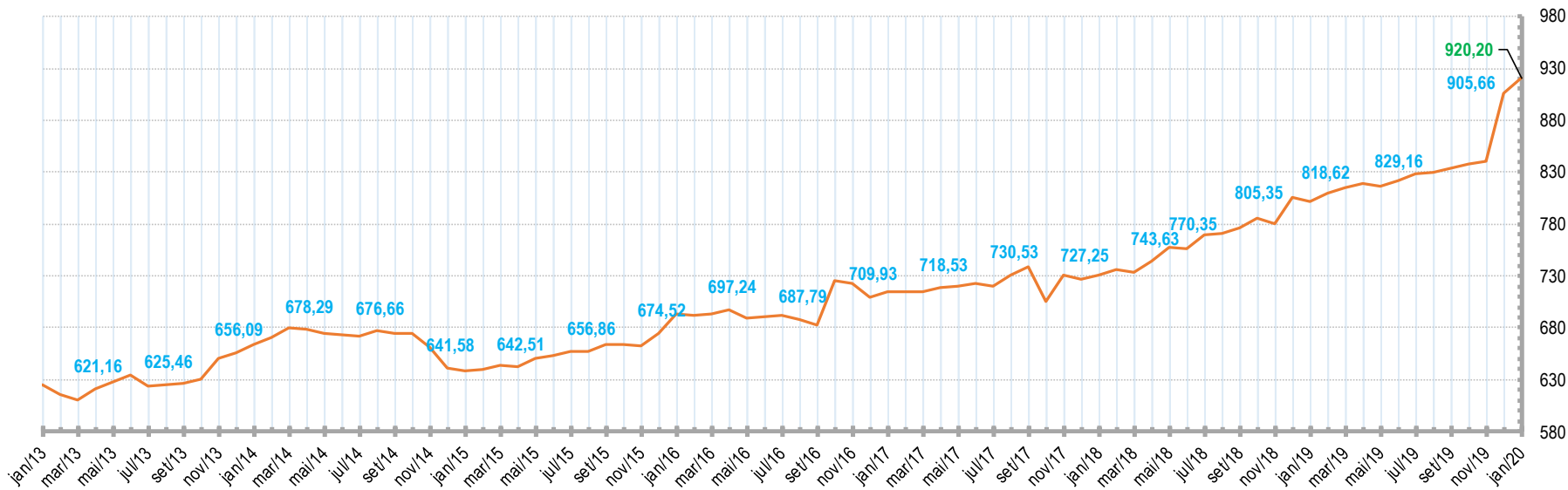
Anexo 3

Port. STN 641/2019

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	JAN/2019
Receita Corrente Bruta	1.135	1.220	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.704
Receita Tributária	348	376	400	425	459	465	507	546	551
Receita de Contribuições	590	643	671	688	730	800	844	853	860
Demais Receitas Correntes	197	201	172	170	172	143	184	292	293
Deduções	518	564	602	608	651	681	730	785	784
Transf. Constitucionais e Legais	184	203	218	214	239	240	267	298	295
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	274	298	319	326	342	361	380	405	406
Outras Deduções	60	63	65	68	70	80	84	83	83
Receita Corrente Líquida (RCL)	617	656	642	675	710	727	805	906	920



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

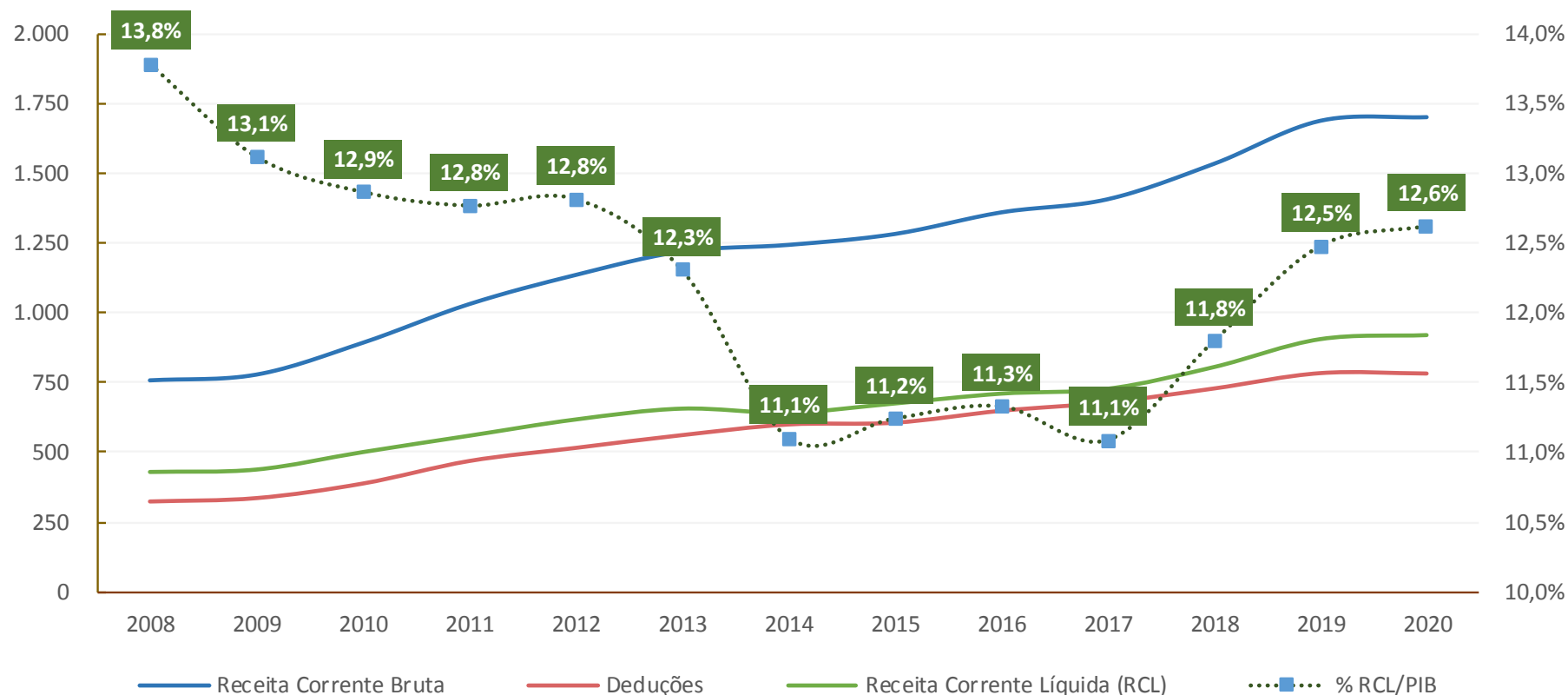
Anexo 3

Port. STN 641/2019

Receita Corrente Líquida em Relação ao PIB

Evolução dos componentes da RCL e relação da RCL sobre o PIB (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra a evolução da RCL, apontando um crescimento nominal em todo o período dos últimos 12 anos. Entretanto, a partir de 2012, percebe-se uma redução no ritmo desse crescimento. Em relação ao PIB, houve quedas sucessivas da RCL desde 2008, passando de 13,8% para 11,1% em 2017. A partir de 2018, a RCL apresenta recuperação, correspondendo a 12,7% do PIB em janeiro de 2020.



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PIB

PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

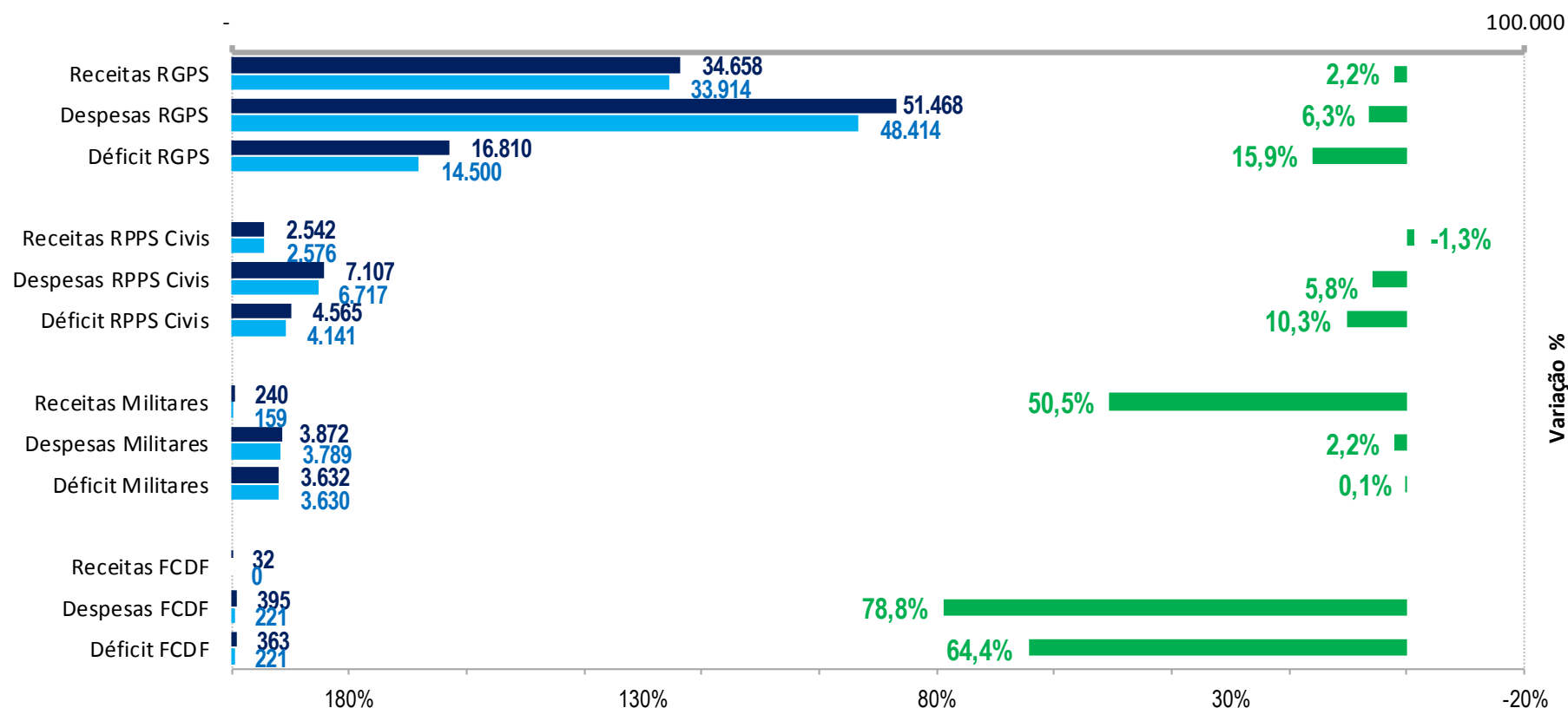
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida, IBGE e Ipeadata.

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - até Janeiro/2020 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior. Valores em vermelho significam redução ou queda no montante do período anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2020
- 2019
- % 2020/2019

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Anexo 4 – Previdência.

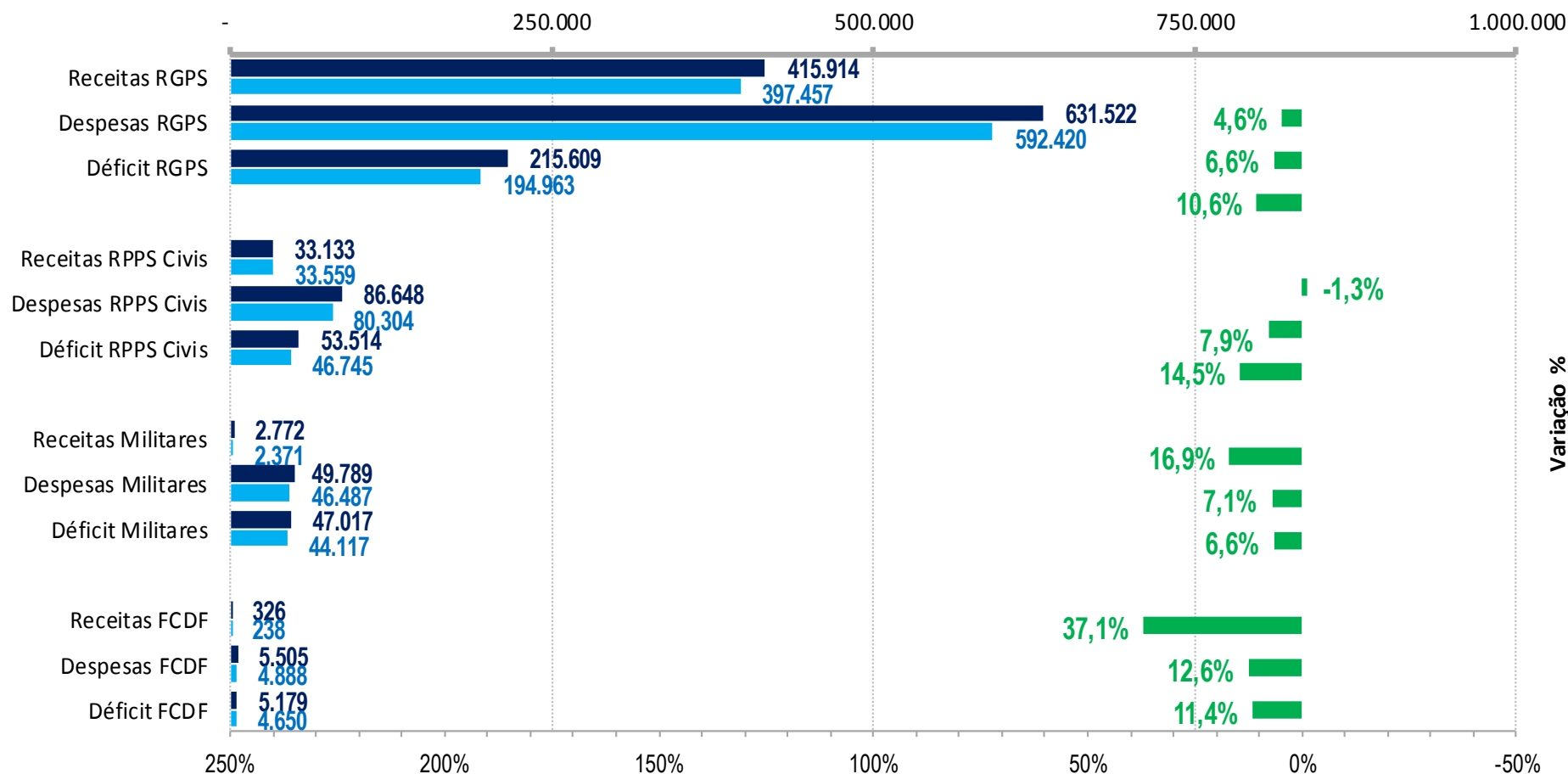
Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior. Valores em vermelho significam redução ou queda no montante do período anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- Fev/2019 a Jan/2020
- Fev/2018 a Jan/2019
- % Comparação

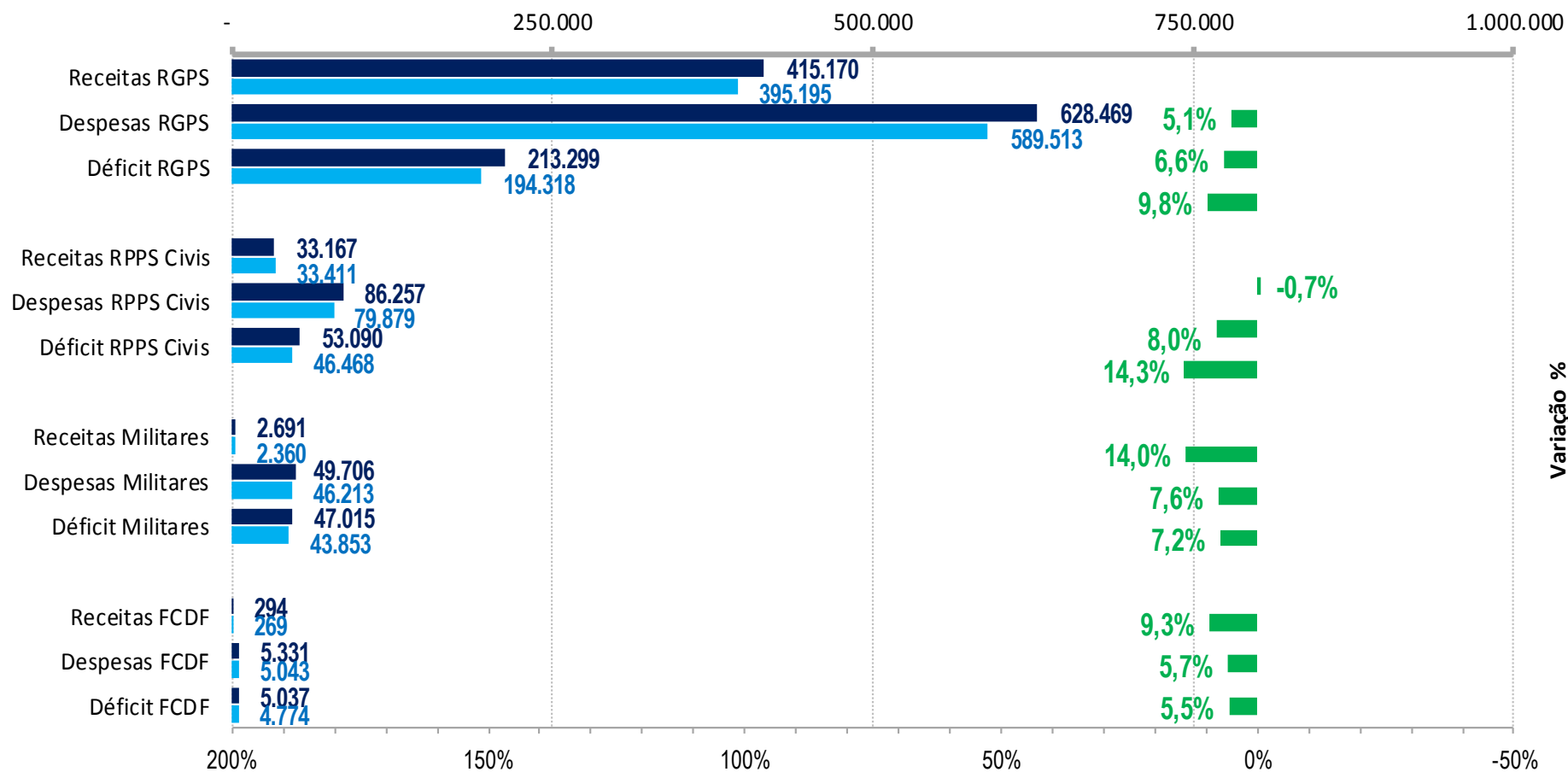
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2019 e 2018 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2019
- 2018
- % 2019/2018

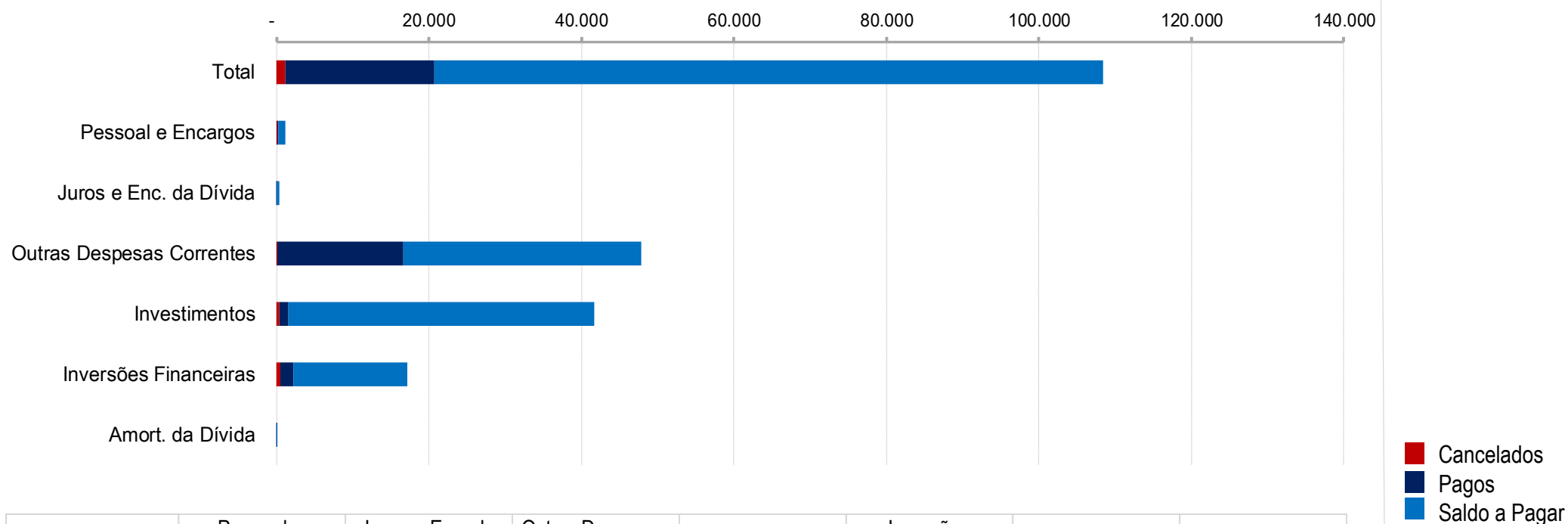
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 7

Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Janeiro/2020 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	72	4	151	456	461	49	1.193
■ Pagos	218	0	16.489	1.054	1.798	1	19.560
■ Saldo a Pagar	878	393	31.198	40.197	14.921	54	87.641
Total	1.168	397	47.838	41.707	17.180	105	108.395

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Anexo 7.

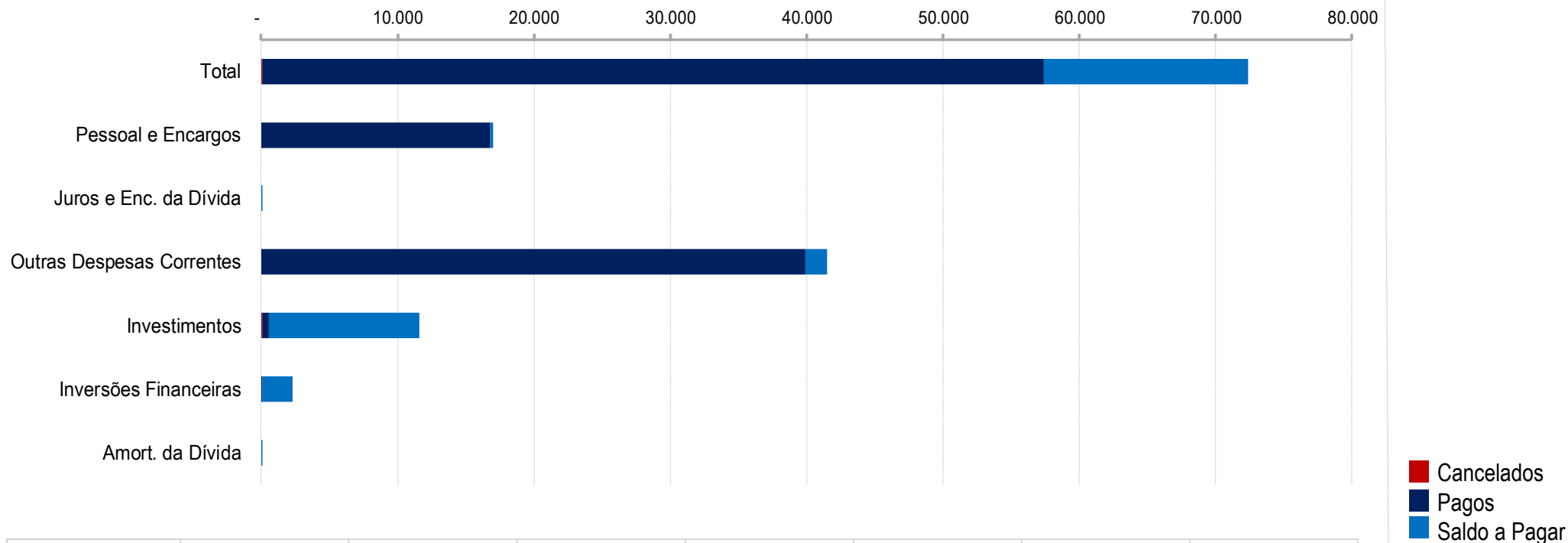
Anexo 7

Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Janeiro/2020 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	1	-	4	78	0	-	83
■ Pagos	16.814	0	39.880	510	81	4	57.290
■ Saldo a Pagar	171	1	1.614	10.991	2.247	4	15.029
Total	16.987	1	41.498	11.579	2.329	8	72.402

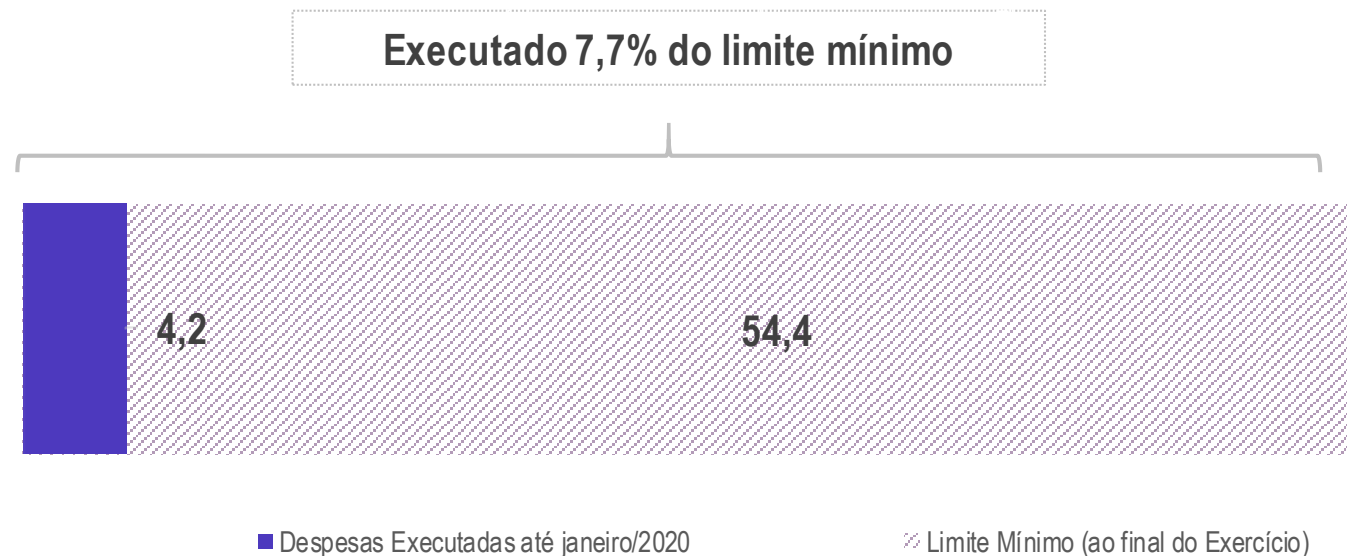
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Anexo 7.

Anexo 8

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Janeiro/2020 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Comparação Despesas Executadas (em Janeiro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	JAN/2020
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	4,2
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4
Despesa Excedente ao Mínimo	0,9	3,3	2,2	2,8	16,6	10,9	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Janeiro/2020

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Janeiro/2020, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

			R\$ Bilhões
Janeiro	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas
2020	53,67	54,44	4,20
2019	46,45	52,67	4,63
2018	45,17	50,45	4,81
2017	40,61	48,98	4,71
2016	38,35	46,58	4,30
2015	38,86	46,54	4,95
2014	42,50	44,19	2,95
2013	34,92	43,03	2,08
2012	30,48	39,39	2,78
2011	26,07	36,99	3,52
2010	12,91	28,72	1,53
2009	10,25	21,02	1,28

Receita Líquida de Impostos

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Janeiro/2020 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Executado 4,1% do limite mínimo



■ Despesas Executadas até janeiro/2020

▨ Limite Mínimo (ao final do Exercício)

Comparação Despesas Executadas (em Janeiro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	JAN/2020
Despesas Executadas com Saúde	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	5,0
Limite Mínimo (em Dezembro)	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	3,3	0,7	0,2	0,6	0,1	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Janeiro/2020

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Janeiro/2020, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

R\$ Bilhões

Janeiro	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas
2020	121,25	5,00
2019	117,29	5,45
2018	112,36	5,65
2017	109,09	5,89
2016	95,37	5,53
2015	98,31	8,66
2014	91,61	5,21
2013	82,91	1,47
2012	79,51	1,34
2011	72,13	3,80
2010	61,23	2,77
2009	54,96	1,26

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

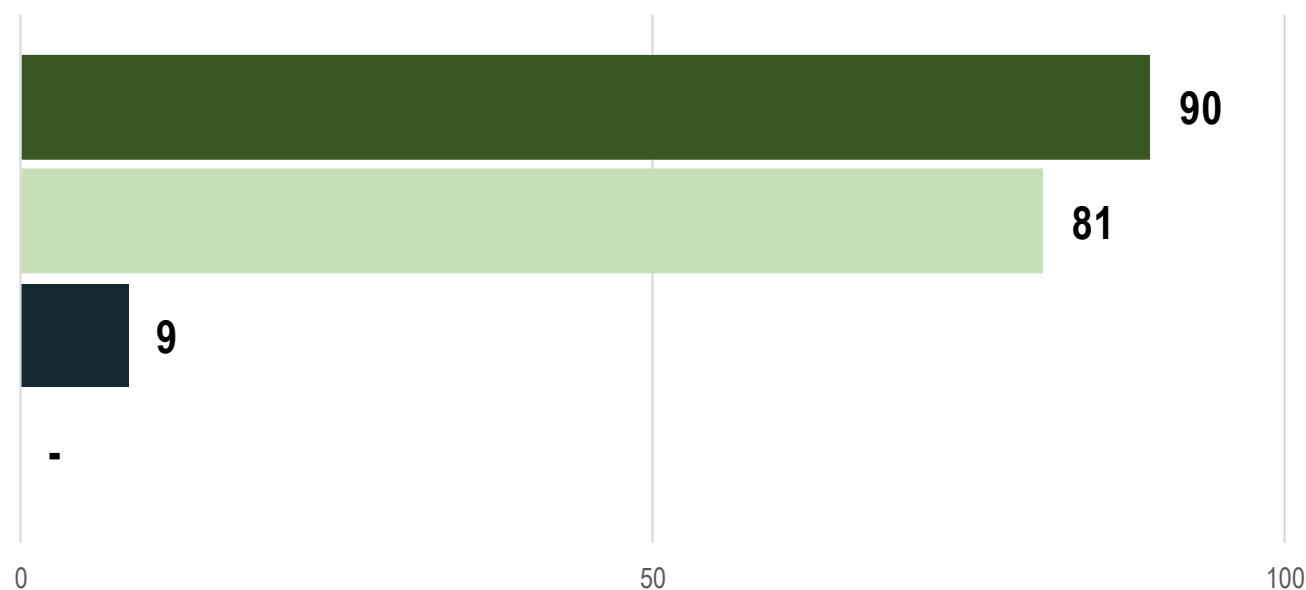
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Janeiro/2020 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	90
Despesas da Seguridade Social	81
Resultado	9
DRU	-

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Janeiro/2020 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Janeiro de 2020, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RGPS	21,90	23,53	26,73	27,99	29,41	29,42	31,65	33,91	34,66
RPPS - Civil	1,84	1,41	2,24	2,41	2,30	2,46	2,46	2,58	2,57
Pensões Militares	0,17	0,13	0,14	0,15	0,17	0,21	0,15	0,16	0,24
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	24,03	29,89	30,23	32,54	41,62	32,82	36,51	37,36	52,03
Total das Receitas	47,93	54,95	59,34	63,10	73,50	64,91	70,77	74,01	89,50
Despesas da Seguridade Social									
Despesas do RGPS	27,17	34,71	37,13	34,41	38,60	44,50	45,51	48,41	51,47
Saúde	1,34	1,44	5,21	8,66	5,53	5,89	5,65	5,45	5,00
Assistência Social	4,75	4,69	5,14	6,48	5,93	7,01	6,98	7,38	7,62
RPPS - Civis (inclusive FCDF)	4,62	4,75	4,94	5,30	5,68	6,69	6,76	6,94	7,50
Seguro Desemprego	2,32	2,84	2,65	3,71	2,75	2,58	2,72	2,60	2,72
Demais Despesas	0,95	1,11	1,23	1,40	1,48	1,59	1,74	2,13	1,84
Pensionistas Militares	1,60	1,75	2,26	2,48	1,29	1,47	1,63	1,74	1,76
Abono Salarial	-	-	-	0,08	2,23	1,79	2,06	2,26	3,07
Total das Despesas	42,75	51,29	58,57	62,52	63,50	71,50	73,05	76,90	80,97
Resultado									
Resultado da Seguridade Social	5,18	3,66	0,77	0,58	10,00	-6,59	-2,28	-2,89	8,53
Receitas Desvinculadas (DRU)	5,24	6,40	6,48	6,64	0,00	10,98	12,29	12,55	0,02
Resultado com Receitas Desvinculadas	10,42	10,06	7,25	7,22	10,00	4,40	10,01	9,66	8,55

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

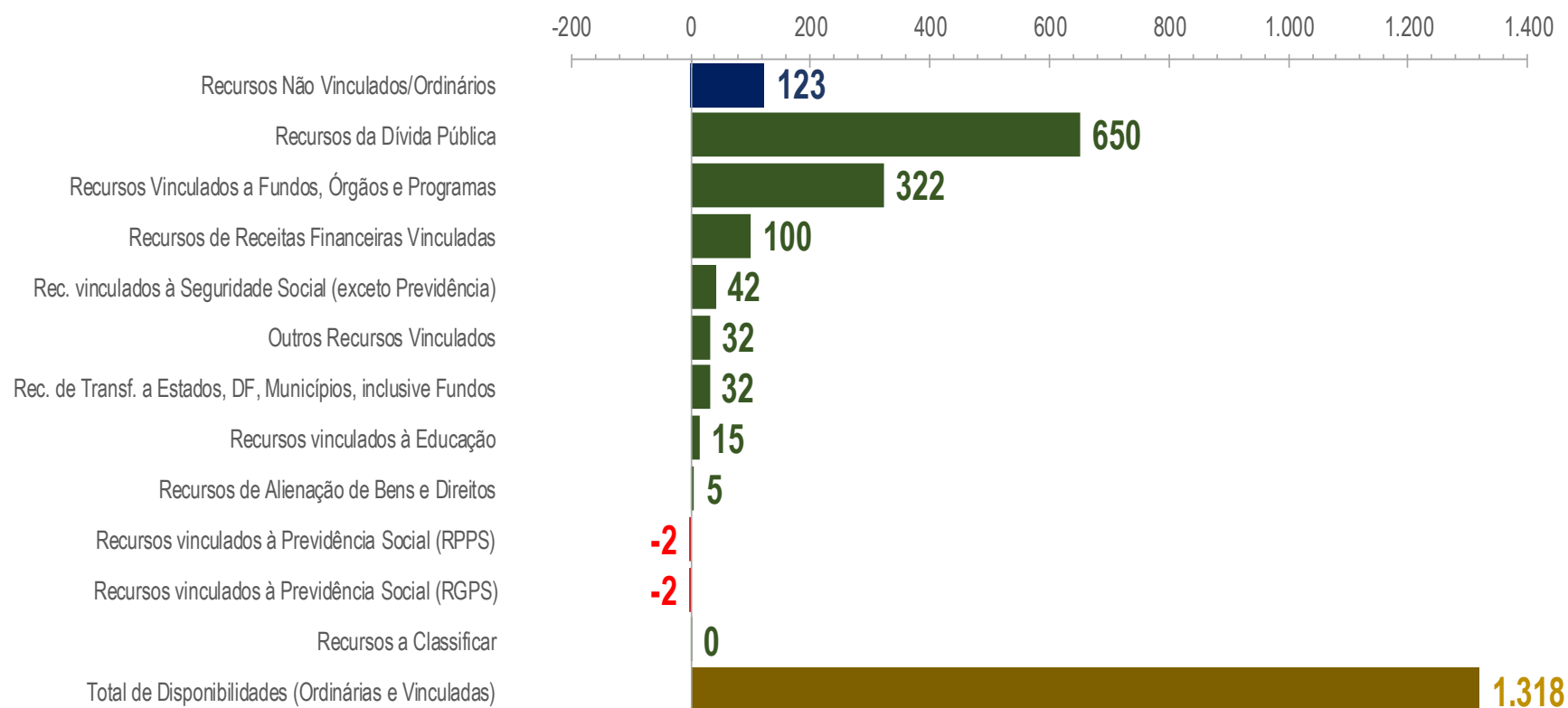
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Janeiro/2020 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Janeiro/2020, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Janeiro de 2020, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.